

ARQUEOLOGIA URBANA EM LISBOA

DA INTERVENÇÃO PREVENTIVA À DIVULGAÇÃO PÚBLICA

JACINTA BUGALHÃO Direção Geral do Património Cultural, UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património-UC, jacintabugalhao@gmail.com

RESUMO Pretende-se elaborar um balanço sobre as intervenções arqueológicas realizadas em Lisboa, em contexto de arqueologia preventiva e que, em função dos resultados obtidos, culminaram num processo de exposição e divulgação pública. A preparação da apresentação pública, seja dos próprios contextos ou espólio, seja de informação (textos e imagens) ocorre, na maioria dos casos, imediatamente após os trabalhos de campo, compelindo os arqueólogos a preparar um “discurso” de divulgação antes do necessário processo de estudo e investigação. Os conteúdos para o grande público são assim baseados em informações científicas de natureza preliminar e que, naturalmente e com alguma frequência, carecem de revisão posterior. Esta inversão do circuito ideal que passaria pela sequência “intervenção – processamento dos dados – investigação – publicação científica – divulgação pública”, levanta questões relacionadas com a gestão dos projectos e da informação arqueológica. Um dos aspectos críticos relaciona-se com o desenvolvimento da investigação que decorre num tempo necessariamente longo, quando o financiamento directo se esgota normalmente no processo de intervenção de campo. A integração dos resultados da investigação científica em discursos expositivos e de divulgação já existentes; a gestão e manutenção de contextos/espólios musealizados e equipamentos expositivos; a gestão de públicos/utentes; e os estudos de opinião/satisfação, são igualmente aspectos problemáticos, principalmente quando não existe uma infra-estrutura de gestão e financiamento regular. Na sociedade contemporânea verificam-se profundas mudanças de paradigma relativamente às responsabilidades do Estado e das entidades privadas, traduzindo-se em muitos espaços cinzentos na gestão do Património Cultural, com prejuízo para o interesse público.

PALAVRAS CHAVE Arqueologia urbana, Lisboa, musealização, investigação, manutenção e monitorização

ABSTRACT It is intended to prepare a balance about the archaeological interventions that took place in Lisbon in a preventive archaeology context and that culminated on exhibition/public display, following the obtained results. In most of these cases, the preparation of a public presentation, whether using its own archaeological artifacts or other data (texts and pictures), occurs immediately after the field work, which compels archaeologists to prepare a disclosure ‘speech’ before the necessary process of studying and research. This way, the contents meant for the general public are based on scientific data which naturally, and quite often, need a posterior review.

This inversion of the ideal circuit ‘intervention – data processing – research – scientific publication – public disclosure’ raises issues concerning archaeological information and projects’ management. One of the critical aspects is the development of research (that necessarily takes a long time) when the direct budget runs out, in the field intervention process. Also, the integration of research’s scientific results in pre-existing expository and divulgation speeches; the management and maintenance of musealized contexts/assets and expository equipments; the publics/users management; and opinion/satisfaction studies are equally problematic issues. And even more, in cases where there is no infrastructure of management and regular financing.

Profound paradigm changes can be noticed on contemporary society, fairly to State and private entities’ responsibilities. This is translated in many grey areas in the Cultural Heritage management with losses for the public interest.

KEYWORDS Urban archaeology, Lisbon, musealization, scientific research, maintenance and monitoring

INTRODUÇÃO

No âmbito do aumento considerável da actividade arqueológica registado nas últimas duas décadas, e tendo em consideração o investimento financeiro e esforço social envolvidos, tem-se generalizado progressivamente a noção da obrigação dos arqueólogos relativamente ao, muitas vezes designado, “retorno social”. Ou seja,

para além dos já anteriormente consolidados deveres na esfera da salvaguarda patrimonial e da produção de conhecimento científico, actualmente, considera-se a divulgação dirigida ao “grande público”, ou aos diversos segmentos do público, uma responsabilidade primordial do arqueólogo. Tratando-se de uma temática relativamente arredada do conteúdo funcional tradicionalmente atribuído ao arqueólogo, a sua implementação

levanta questões complexas, no âmbito do já muito difícil exercício desta profissão na contemporaneidade.

As cidades são o espaço privilegiado para o debate e desenvolvimento desta questão, em primeiro lugar, porque aí se situa o espaço público por excelência; em segundo lugar, porque uma parte considerável da actividade arqueológica actual decorre nas cidades, e por fim, porque a transmissão pública dos conteúdos científicos, patrimoniais e históricos é particularmente complexo e interessante em cidade, onde muitas vezes as ocupações humanas se assemelham, realmente, a cidades sobrepostas em camadas...

A musealização de vestígios arqueológicos, a sua integração arquitectónica em espaço edificado ou exterior, a perpetuação ou demarcação de realidades urbanas desaparecidas na cidade actual, a apresentação pública, *in situ*, de conteúdos relativos às realidades arqueológicas urbanas, levantam assim, muito particularmente, dificuldades e dilemas, quer aos arqueólogos, quer a todos os outros agentes (proprietários, promotores de obra, autarquias, projectistas, museógrafos e *designers*, cidadãos, visitantes, etc.) que necessariamente participam nestes processos.

ENQUADRAMENTO LEGAL E BOAS PRÁTICAS

A Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, aprovada em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992 e ratificada pelo Estado Português (Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 16 de Dezembro) obriga os Estados signatários a “desenvolver medidas que visem a protecção física do património arqueológico, prevendo a conservação e a manutenção do património arqueológico, de preferência no seu local de origem”, mesmo quando identificados na sequência de obras. Devem ser tomadas as adequadas medidas de preservação, conservação e gestão dos testemunhos do património arqueológico, promovendo o respectivo acesso do público e “acções educativas com o objectivo de despertar e desenvolver junto da opinião pública a consciência do valor do património arqueológico para uma melhor compreensão do passado e dos perigos que ameaçam este património”.

O Código Deontológico da Associação Profissional de Arqueólogos (aprovado em Assembleia Geral em 10 de Maio de 1997) atribui ao arqueólogo a “responsabilidade primordial de assegurar o estudo e divulgação do património arqueológico”. “O arqueólogo tem o dever de tomar medidas no sentido de informar o grande público acerca dos objectivos e métodos da arqueologia e dos resultados dos trabalhos que desenvolve, da forma mais apropriada e utilizando as técnicas de comunicação ao seu dispor mais adequadas, promovendo assim a salvaguarda e valorização do património arqueológico”. Estas obrigações decorrem do respeito que é devido em primeiro lugar à comunidade local que deve ser comprometida activamente na salvaguarda do património arqueológico.

Ao nível da legislação nacional, a lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de

Setembro) determina que a política do património visa assegurar a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural. Concretamente, afirma-se que o “Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais”. A divulgação, sensibilização e animação são consideradas “componentes do regime geral de valorização dos bens culturais”.

A Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, aprovado em Faro, em 27 de Outubro de 2005 e ratificada pelo Estado Português (Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008, de 12 de Setembro) coloca “a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural”. Cada pessoa tem o direito de beneficiar e se envolver com o património cultural da sua escolha “como expressão do direito de participar livremente na vida cultural, consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem”. Finalmente, o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro) afirma que “a divulgação dos resultados de trabalhos arqueológicos, nas vertentes da sensibilização e educação patrimonial, decorrerem de uma responsabilidade do arqueólogo e devem constituir uma oportunidade de aproximação da disciplina científica aos cidadãos”. Estabelece uma categoria específica de trabalhos arqueológicos, especialmente direccionada para a valorização de vestígios arqueológicos, visando a divulgação e fruição pública do mesmo, com vista à sensibilização e educação patrimonial. Obriga os responsáveis por trabalhos arqueológicos a prever um plano de divulgação pública dos resultados a desenvolver junto da comunidade, com vista à sensibilização e educação patrimonial, bem com a descrever a sua execução no relatório final dos trabalhos.

ARQUEOLOGIA EM LISBOA: INTERVENÇÃO E DIVULGAÇÃO

A actividade arqueológica em Lisboa beneficiou de dois factos que se potenciaram mutuamente: por um lado, o crescimento da arqueologia nas cidades, motivado por uma maior consciência dos arqueólogos da importância patrimonial e científica das reservas arqueológicas urbanas; por outro, a grande crescimento da actividade arqueológica nacional, motivado pela implantação crescente de procedimentos de arqueologia preventiva (Bugalhão, 2011).

Assim, se comparados os valores médios anuais das intervenções arqueológicas realizadas em Lisboa no final do século XX (anos 90) e o número de intervenções arqueológicas realizadas em 2015 (290 intervenções realizadas), verifica-se um crescimento de 2.220%. Por outro lado, constata-se que em 2015 a actividade arqueológica desenvolvida em Lisboa corresponde a 18,6% do total nacional. Desde o início do século XXI, cerca de 20% dos arqueólogos responsáveis por trabalhos arqueológicos em Portugal, dirigem intervenções em Lisboa.

Lisboa consolida-se assim, não só como o maior e mais importante sítio arqueológico português, mas também como primeiro palco da Arqueologia Portuguesa.

Infelizmente, ao nível da produção bibliográfica, os indicadores não revelam tendências semelhantes. Embora tal realidade decorra parcialmente da natureza das intervenções (mais de metade referem-se a acompanhamento de valas de infra-estruturas de subsolo, tipologia importantíssima para a prospecção do subsolo urbano, mas normalmente menos proveitosa em termos de resultados efectivos), verifica-se claramente um desequilíbrio entre a intervenção de terreno e a investigação/publicação.

Neste contexto, encontra-se actualmente em Lisboa um conjunto de equipamento de natureza diversificada, que visam a fruição patrimonial, histórica e arqueológica: museus (e outros equipamentos museológicos) sem estruturas ou contextos arqueológicos *in situ* (Museu Nacional de Arqueologia, Museu Arqueológico do Carmo, Museu dos Serviços Geológicos e Museu de Lisboa – Palácio Pimenta); monumentos; percursos urbanos (por exemplo, o Percurso da “Cerca Velha”); sítios e paisagens naturais/culturais (por exemplo, os integrados nos percursos Geomonumentos de Lisboa), equipamentos lúdico-expositivos (por exemplo, o Lisboa Story Centre); e sítios e contextos arqueológicos visitáveis.

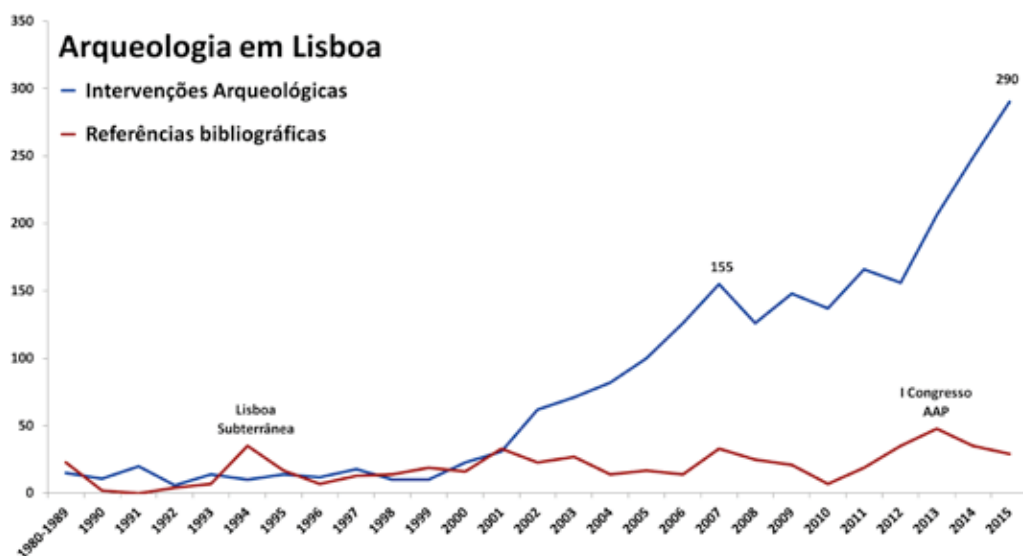
Relativamente a estes últimos, pode referir-se um conjunto relativamente alargado de pontos (22) de natureza muito diferenciada, entre vestígios arqueológicos musealizados, vestígios arqueológicos visitáveis ou acessíveis ao público e espaços de divulgação de achados arqueológicos. Analisadas as datas de abertura destes espaços, verifica-se que se trata de um fenómeno iniciado na segunda metade dos anos 80 do século XX (com a abertura de três espaços), consolidada nos anos 90 (com a abertura de mais sete espaços) e na primeira década e meia do século XXI (abertura de 12 espaços). Trata-se portanto de uma tendência que, de alguma forma, acompanha a própria afirmação da arqueologia urbana da cidade. De onde se conclui que, nas três últi-

mas décadas e de forma crescente, se consubstanciou um sentido de necessidade e um interesse, por parte da comunidade urbana no seu todo, em dar visibilidade ao seu passado histórico através dos vestígios arqueológicos. Por outro lado, esta realidade traduz também um sentido de valor claramente conferido aos vestígios arqueológicos que, na complexa e imbricada rede dos processos de decisão que envolvem a salvaguarda do património, produziu estes resultados.

Paralelamente à existência desta oferta muito diferenciada de “janelas arqueológicas” na cidade, é também evidente a produção dos respectivos conteúdos de divulgação. Salienta-se a divulgação de conteúdos *on line*, a divulgação junto e por intermédio da imprensa e *media* e mesmo a integração de conteúdos relacionados com os contextos arqueológicos em publicidade e outras formas de *marketing*.

Nas estruturas de natureza museológica, marcam presença relevante os serviços educativos (com oferta de actividades dirigidas a segmentos de público diferenciados, nomeadamente ao público escolar e infanto-juvenil), a edição de material de apoio à visita convencional (desdobráveis, brochuras, catálogos, etc.) e a produção e integração expositiva de conteúdos multimédia (realidade virtual, reconstituição e animação 3D, etc.).

Na mesma forma, generalizou-se a inclusão de informação sobre estes locais em guias e roteiros, turísticos, culturais e de tipo “agenda” (por exemplo, *Agenda Cultural de Lisboa*, *Guia Arqueológico da Península Ibérica – Portugal*), ou em edições periódicas especializadas e de divulgação (ver por exemplo, revista digital *Rossio Estudos de Lisboa*, n.º 3; *Al-Madan*, n.ºs 10 e 20). Destacam-se igualmente por especialmente relevantes as iniciativas que envolvem o contacto directo entre os arqueólogos e o público não especializado, como é o caso visitas abertas a escavações arqueológicas, percursos guiados especializados em arqueologia (oferta que se tem multiplicado) e a muito interessante actividade do Centro de Arqueologia de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa), *Arqueologia no Bairro*.



1. Arqueologia de Lisboa: intervenções arqueológicas e referências bibliográficas/bibliografia.

DATA DE ABERTURA	SÍTIOS	TIPO	CONTEXTOS VISITÁVEIS	N.º MAPA
1986	Criptopórtico	Vestígios arqueológicos visitáveis	Galerias monumentais de época romana	6
1987	Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos - Museu de Lisboa	Vestígios arqueológicos musealizados	Complexo industrial romano de produção de conservas de peixe; muralha romana/medieval; estruturas urbanas de época romana, medieval e moderna	1
1988	Teatro Romano - Museu de Lisboa	Vestígios arqueológicos visitáveis	Teatro romano; infra-estruturas urbanas de época medieval-moderna	2
1990 2014	Doca da Ribeira das Naus e Doca da Caldeirinha	Vestígios arqueológicos visitáveis	Estruturas portuárias e ligadas à reparação naval de época moderna	12
1992	Muralha Fernandina - "Espaço Chiado"	Vestígios arqueológicos visitáveis	Muralha do século XIV	14
1993	Claustro da Sé	Vestígios arqueológicos visitáveis	Vestígios urbanos de época romana, medieval e moderna	5
1994	Cetária da Rua dos Fanqueiros (Garrafeira Napoleão)	Vestígios arqueológicos visitáveis	Tanque romano de produção de conservas de peixe	11
1995	Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros	Vestígios arqueológicos visitáveis	Bairro da Idade do Ferro; complexo industrial romano de produção de conservas de peixe; termas romanas; elementos arquitetónicos pombalinos	4
1995	Largo da Sé (ISP)	Vestígios arqueológicos visitáveis	Casa pré-pombalina (século XVIII)	9
1998	Mandarin Chinês (antiga loja na Rua Augusta)	Vestígios arqueológicos visitáveis	Estrutura artesanal metalúrgica (ferraria ou forja) de época moderna	10
2000	Parque de Estacionamento da Praça Luís da Camões	Projecto de divulgação de achados arqueológicos	Informação sobre contextos arqueológicos do Palácio do Marquês de Marialva	13
2005	Academia de Ciências de Lisboa – Claustro do Convento de Jesus	Vestígios arqueológicos visitáveis	Sepulturas de época moderna	8
2007	Cerca Medieval - Restaurante do Pátio de Alfama - Rua de São João da Praça / Pátio da Senhora da Murça	Vestígios arqueológicos visitáveis	Muralha romana/medieval	7
2008	Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge	Vestígios arqueológicos visitáveis	Bairro islâmico; estruturas da Idade do Ferro; estruturas palacianas de época moderna	3
2014	Núcleo de Interpretação da Muralha de D. Dinis - Banco de Portugal	Vestígios arqueológicos visitáveis	Muralha do século XIII	17
2014	Parque de Estacionamento da Praça D. Luís	Projecto de divulgação de achados arqueológicos	Informação sobre contextos portuários de época moderna e fundeadouro romano	18
2014	Percurso da "Cerca Velha"	Vestígios arqueológicos visitáveis	Muralha romana/medieval	
2014	Muralha Islâmica - Rua Norberto de Araújo	Vestígios arqueológicos visitáveis	Muralha romana/medieval	19
2014	Lisboa Prata Boutique Hotel - Rua da Prata / Rua de São Nicolau	Vestígios arqueológicos visitáveis	Estruturas artesanais do século XIX	21
2015	Casa do Governador da Torre de Belém - Hotel Palácio do Governador	Vestígios arqueológicos visitáveis	Complexo industrial romano de produção de conservas de peixe	15
2015	Museu do Aljube - Resistência e Liberdade	Vestígios arqueológicos visitáveis	Elementos arquitectónicos de época moderna	16
2015	Claustro do Convento do Salvador - Hotel Convento do Salvador	Vestígios arqueológicos visitáveis	Poço de época moderna	20

2. Sítios arqueológicos visitáveis em Lisboa.



3. Sítios arqueológicos visitáveis em Lisboa: mapa.

Parece evidente que um tal aumento de visibilidade tem necessariamente que se traduzir numa diferente percepção de Lisboa como sítio arqueológico, junto do grande público. Avaliar a dimensão da mudança e caracterizar, nas suas diversas dimensões, a informação e conhecimento que efectivamente passam para a generalidades dos cidadãos e visitantes é um trabalho muito complexo que permanece por empreender. Pode contudo afirmar-

-se que são muito diferenciados os segmentos de público com acesso aos sítios e contextos arqueológicos e toda a informação correlacionada disponível: população local, famílias, grupos ou indivíduos (visitas espontâneas, formativas ou lúdicas), público escolar, turismo nacional e internacional, turismo sénior, etc. É também um público cada vez mais numeroso, ainda que contabilizado apenas a partir das estruturas museológicas propriamente ditas.

	Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge	Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros	Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos - Museu de Lisboa	Museu do Teatro Romano – Museu de Lisboa*	Núcleo de Interpretação da Muralha de D. Dinis - Banco de Portugal	TOTAL
1997		4.918				4.918
1998		4.430				4.430
1999		6.000				6.000
2000		9.671				9.671
2001		9.754				9.754
2002		8.202				8.202
2003		9.917				9.917
2004		5.300				5.300
2005		6.538				6.538
2006		5.000				5.000
2007		4.153				4.153
2008		4.063		41.882		45.945
2009		4.700		73.087		77.787
2010	59.279	8.754		39.242		107.275
2011	213.213	9.733		44.902		267.848
2012	244.212	8.126		47.756		300.094
2013	269.347	9.087		13.721		292.155
2014	348.955	11.830	18.480		30.250	409.515
2015	427.937	11.950	38.997	4.724	29.142	507.338

* MTR - encerrado entre Maio de 2013 e Outubro de 2015

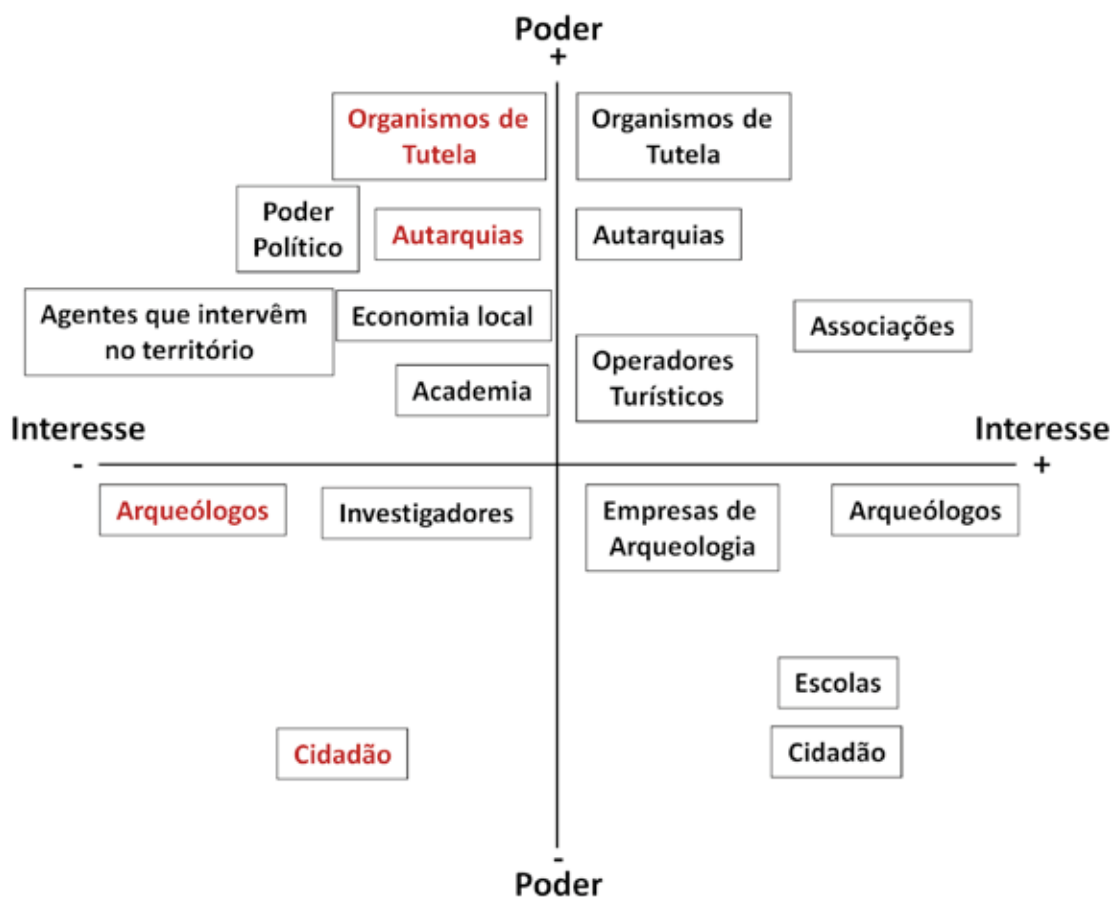
4. Sítios arqueológicos musealizados em Lisboa: número de visitantes.

NOTAS FINAIS

São muitos e importantes os aspectos não abordados neste trabalho, nomeadamente, o financiamento e a problemática da sustentabilidade dos vestígios (conservação, manutenção e monitorização). Refira-se apenas a este respeito a questão da titularidade da iniciativa de musealizar ou integrar, salientando-se que esta decisão deve acarretar sempre um compromisso do promotor/proprietário relativamente à manutenção e monitorização dos contextos. Este processo, que geralmente se reveste de complexidade e especificidade técnica, deverá sempre que possível ser assegurado através de uma relação com uma estrutura museológica (que, por um lado, garanta o apoio técnico necessário; e que, por outro, permita o aprofundamento da informação disponível junto ao contexto musealizado ou integrado, bem como o acesso ao espólio e a um nível diferenciado de informação histórica e arqueológica contextual). A exposição permanente de peças arqueológicas em espaço não museológico, conferindo-lhes inadequada função decorativa, deve evitar-se, não apenas por imperativos de conservação e monitorização, mas porque remete estes objectos para um estatuto que lhes retira valor, contexto e dignidade. Pretendeu-se neste trabalho abordar as questões que decorrem da relação entre a intervenção, a investigação

e a musealização/divulgação, nomeadamente as ligadas com a interpretação e estudo dos contextos e a consequente produção conteúdos dirigidos ao grande público. É “voz corrente” que a situação aqui retratada se relaciona de perto com o grande desenvolvimento do turismo em Lisboa. Considera-se que a atribuição desta causalidade directa pode ser uma visão redutora de uma realidade claramente mais complexa, até porque no caso do património arqueológico urbano, dificilmente se pode falar de infra-estruturas turísticas para massas.

No caso de Lisboa, a valorização de património arqueológico decorreu paralelamente à consolidação da arqueologia como disciplina científica e com intervenção na gestão do território urbano, mas também à afirmação profissional e social dos arqueólogos. Mas tal não significa que pertença aos arqueólogos o poder de decisão sobre um espaço que é eminentemente público, defendendo a sua cristalização e contribuindo para a sua morte, como por vezes se argumenta. Musealizar, ou mesmo apenas integrar arquitetonicamente uma estrutura arqueológica, é sempre, no seu fundamento, uma decisão social e colectiva (e não apenas do arqueólogo) e que resulta na *institucionalização* de uma infra-estrutura. Se estes exemplos de alguma maneira se multiplicam (ainda que com expressões muito diferentes), tal facto só pode resultar de uma assunção de valor: os contextos arqueológicos adquiriram valor acrescido na



5. Arqueologia de Lisboa: matriz de *stakeholders*.

sociedade contemporânea. A discriminação das características desse *valor* que, como sociedade, atribuímos hoje aos vestígios do passado é difícil.

Valoriza-se o que é mais raro ou que corre mais riscos de desaparecimento: a pegada de destruição da nossa civilização no território é por isso um factor certamente relevante. Valoriza-se também, de forma mais evidente hoje do que ontem, a diferença. A integração de estruturas arqueológicas é muitas vezes encarada, por exemplo, no contexto de infraestruturas turísticas, como um factor de distinção e de carácter. Os vestígios arqueológicos “dão história”, valorizam o edifício em que se integram, funcionando também como elemento de diferenciação e qualificação do projecto arquitectónico. Num fundo, continuamos a debater-nos com a questão: porque preservamos os vestígios do passado? Para obter e perpetuar conhecimento, por necessidade de auto-preservação como comunidade, para (nos) conferir sentido, por respeito pelo passado e pela obra passada,

para monumentalizar e sacralizar o passado, por impulso de colecionismo ou reciclagem, ou por reacção emocional aos restos materiais... Numa cidade, de forma especial, os vestígios enterrados e frequentemente sobrepostos, transmitem uma mensagem quase imediata, de antiguidade, de passado, de presença contínua. Permitem, no fundo, sentir a História, e se os arqueólogos souberem cumprir o seu dever, conhecê-la.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se o apoio de: Filipa Bragança (na produção de mapa/SIG); EGEAC, Fundação *Millennium bcp*, Museu de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa e Núcleo de Interpretação da Muralha de D. Dinis/Banco de Portugal (na cedência dos valores relativos a n.º de visitantes); João Albergaria, Inês Mendes da Silva, Sofia Gomes, Manuela Leitão, Ana Penisga e Raquel Santos (na informação sobre contextos arqueológicos integrados e visitáveis).

BIBLIOGRAFIA

- RAPOSO, J. (2001) – Dossiê “Sítios arqueológicos visitáveis”. *Al-Madan*, n.º 10, II.ª série, p. 100-152.
- AMARO, C. (1992) – A arqueologia urbana de Lisboa - sua evolução. *Al-Madan*, II.ª série, n.º 1, p. 19-22.
- AMARO, C. (1994) – A arqueologia urbana de Lisboa – balanço e reflexão. V *Jornadas Arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 219-221.
- AMARO, C. (1994) – Arqueologia urbana de Lisboa: de uma prática de intervenção ao contributo para o PDM. *Bracara Augusta*, XLV, 97: 110, p. 139-150.
- AMARO, C. (1999) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: exemplo do sítio arqueológico musealizado na Baixa Pombalina. *O Arqueólogo Português*, n.º 17, 4.ª série, p. 465-487.
- AMARO, C. (2000) – Núcleo Arqueológico de la Rua dos Correeiros - Fundación Banco Comercial Portugués: un sitio musealizado en la Baixa de Lisboa. In *Museus y museología en Portugal, Una ruta ibérica para el futuro*. Madrid: Asociación Española de Museólogos, p. 150-157 (Monografías da Revista de Museología, 1).
- BARATA, M. (2004) – Os centros históricos e os seus territórios: uma reflexão. In JORGE, V., coord., *Conservar para quê?*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 275-281.
- BUGALHÃO, J. (2007) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança, *ERA Arqueologia*, n.º 8, p. 218-230.
- BUGALHÃO, J. (2011) – A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia & História*, n.º 60-61, p. 19-43.
- BUGALHÃO, J. (2014) – *Arqueologia de Lisboa balanço e perspectivas*. Conferência apresentada no Seminário “Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea” (Lisboa, Sociedade Portuguesa de Geografia, 21 de Maio de 2014). [https://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectivas]. Data da consulta: 05/11/2015].
- BUGALHÃO, J.; GAMEIRO, C.; MARTINS, A.; BRAZ, A. (2012-2013) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: da intervenção à investigação, gestão e apresentação pública. *Arqueologia & História*, n.º 64-65, p. 191-201.
- FABIÃO, C. (1994) – Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa. *Penélope*, n.º 13, p. 147-162.
- GASPAR, M.; GOMES, A.; SEQUEIRA, M.; SILVA, R. (2000) – Arqueologia Urbana em Lisboa? In 3.º *Congresso de Arqueologia Peninsular*. Actas. Vol. 8. Porto: ADECAP, p. 55-70.
- GONÇALVES, P.; BUGALHÃO, J. (2004) – Projecto de monitorização do nível freático na Baixa. *Monumentos*, n.º 21, p. 158-159.
- JORGE, V. (2004) – Património, neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação. In JORGE, V., coord., *Conservar para quê?* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 13-25.
- LAGO, M.; SARRAZOLA, A. (2013) – Para a construção de uma arqueologia pública: memória e comunicação. In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C., eds., *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-187.
- MOITA, I.; LEITE, A. (1986) – Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e limitações. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Lisboa: IPPC, p. 55-67 (Trabalhos de Arqueologia, 3).
- MURALHA, J.; GOUVEIA, M.; GAMBOA, N. (2003) – Gestão da informação arqueológica: o caso do Museu da Cidade. In *Actas do quarto encontro de Arqueologia urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia/Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora, p. 199-207.
- PARREIA, R. (2007) – Itinerários Arqueológicos no Extremo Sul de Portugal. *Boletim da RPM*, n.º 23, p. 9-12.
- PEREIRA, P. (2001) – “Lugares de passagem” e o resgate do tempo. *Revista Estudos Património*, n.º 1, p. 6-16.
- PEREIRA, P. (2001) – A gestão de sítios arqueológicos: Problemas e hipóteses. *Era Arqueologia*, n.º 4, p. 12-21.
- RAPOSO, J. (2001) – Dossiê “Sítios arqueológicos visitáveis”. *Al-Madan*, n.º 10, II.ª série, p. 100-152.
- RAPOSO, J. (2016) – Dossiê “Sítios arqueológicos portugueses revisitados”. *Al-Madan*, 20, II.ª série, p. 70-196.

RAPOSO, L. (1999) – Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados: identidades e diferenças. *O Arqueólogo Português*, n.º 17, 4.ª série, p. 51-72.

RAPOSO, L. (2003) – Benefícios e custos da musealização arqueológica *in situ*. *Arqueologia & História*, n.º 55, p. 159-165.

Rossio. Estudos de Lisboa, n.º 3. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses/DMC/DPC/CML, 2014. [https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_rossio?e=6409185/2407541. Data da consulta: 05/11/2015].

RIBEIRO, I.; POLICARPO, R. (2015) – *Segredos de Lisboa*. Lisboa: Esfera dos Livros.

SCHNITZLER, L. (2015) – *Guia Arqueológico da Península Ibérica – Portugal*. S.l.: Edição do Autor.

SOUSA, A. (2016) – Challenges and opportunities for disseminating Archaeology in Portugal: different scenarios, different problems. In FLORJANOWICZ, P., ed., *When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21st century*. Lisboa: Europae Archaeologiae Consilium/DGPC, p. 115-134. (EAC Occasional Paper, 11).